

Representatividade dos Ativos Biológicos e o Nível de Disclosure do CPC 29: Uma Análise com as Companhias de Capital Aberto Brasileiras no Período de 2009 a 2013

RESUMO: A produção agrícola e todo o setor do agronegócio tem significativa importância no cenário nacional, principalmente pela sua representatividade econômica e social. Essa atividade possui diversos pontos específicos que necessitam de tratamento singular entre eles a mensuração de seus ativos biológicos. Concomitante e paralelo ao movimento de internacionalização da contabilidade, houve a emissão da norma internacional IAS 41-Agriculture que, no Brasil, foi adotado sobre a forma do pronunciamento CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é investigar a correlação entre a representatividade dos ativos biológicos e o nível de aderência ao CPC 29 (2009) nas empresas de capital aberto listadas na BMF&BOVESPA. Para tanto, utiliza-se a metodologia descritiva aos objetivos e documental aos meios. A investigação foi feita com 21 empresas, de 2009 a 2013. A partir da análise, conclui-se que nenhuma empresa foi totalmente aderente ao CPC 29 (2009) ao longo dos anos investigados, entre 2009 e 2012, o nível de divulgação cresceu ano a ano, no entanto, entre 2012 e 2013, houve redução no nível de divulgação. No que concerne à correlação entre a representatividade do Ativo Biológico e o nível de aderência ao CPC 29 (2009), segundo o teste, houve correlação em 2010 e 2013, contudo, não há evidências estatísticas que tenha havido correlação em 2011 e 2012.

PALAVRAS-CHAVE: Ativo Biológico, CPC 29, contabilidade, disclosure.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, é inquestionável a importância da produção agrícola e de todo o setor do agronegócio, tanto em aspectos econômicos como sociais. Porém, existem diversos pontos específicos a essa atividade que necessitam de um tratamento singular, concomitantemente, há um movimento de internacionalização da contabilidade que discute vários tópicos relacionados à atividade agrícola. Como resultado, houve a emissão do IAS 41-Agriculture que, segundo Marckenzie et al (2012, p. 860), é tida como “[...] a abordagem mais abrangente e completa desse tópico de demonstrações contábeis em toda a história”, adotado no Brasil sob a forma do pronunciamento CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola.

No Brasil, são obrigadas pela CVM a adotar o CPC 29 as companhias de capital aberto e sociedades de grande porte, essa adoção trouxe mudanças relevantes na informação contábil como, por exemplo, a mensuração e a evidenciação dos ativos biológicos. Rech (2012, p. 3) comenta: “Além da complexidade do processo de mensuração dos ativos biológicos a forma de apresentação destes nas demonstrações financeiras também é de significativa importância.”

Devido à adoção do CPC 29 (2009), houve significativas alterações no montante dos ativos biológicos, principalmente pela mudança do critério de avaliação, no qual o valor justo foi definido como método a ser utilizado. Tendo em vista que o IAS 41 (que no Brasil vigora sobre a forma do CPC 29 Ativo Biológico) é tido como o escrito mais abrangente sobre o assunto, sua utilização pelas empresas investigadas, além de compulsória, é de grande valia aos usuários da informação contábil.

Partindo da hipótese de que, quanto maior a representatividade dos ativos biológicos, maior o interesse dos usuários sobre eles, logo, existe uma maior aderência ao CPC 29 (2009), pelas empresas que possuem maior representatividade dos ativos biológicos sobre os ativos. Nesse contexto, esta pesquisa se propõe a responder a seguinte questão: Existe correlação entre a representatividade dos ativos biológicos e o nível de aderência ao CPC 29 Ativo Biológico nas empresas de capital aberto listadas na BMF&BOVESPA?

Este trabalho tem por objetivo geral investigar a correlação entre a representatividade dos ativos biológicos e o nível de aderência ao CPC 29 Ativo Biológico nas empresas de capital aberto listadas na BMF&BOVESPA.

Sendo assim, o estudo contribui para: a) Produção teórico/científico sobre ativos biológicos; b) o entendimento da aderência do CPC 29 pelas empresas de capital aberto no Brasil; c) um diagnóstico da evolução da representatividade dos ativos biológicos e d) se uma maior relevância do ativo biológico na composição patrimonial contribui para que tenha uma maior evidenciação das informações para que os usuários as utilizem em sua tomada de decisão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ativos Biológicos

Para normatizar as demonstrações contábeis das empresas exploradoras dos ativos biológicos, surge, em Dezembro de 2000, pelo IASB, a norma internacional contábil que trata exclusivamente das atividades agropecuárias, o IAS 41, sendo correlatada no Brasil, em 2009, ao CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola.

De acordo com o CPC 29 (2009), os ativos biológicos são animais ou plantas vivos, desde o nascimento ou plantio até o ponto de abate ou colheita. Após esse processo, ele passa a ser classificado como produto agrícola e, após a colheita, será classificado na conta de estoques, sendo utilizado o CPC 16 - Estoques para seu reconhecimento e mensuração, se necessário.

Quadro 1 - Exemplos de ativos biológicos, produtos agrícolas e produtos processados.

Ativos Biológicos	Produtos Agrícolas	Produtos resultantes do processo após a colheita
Carneiro	Lã	Foi, tapete
Árvore de uma plantação	Madeira	Madeira serrada, celulose
Plantas	Algodão, Cana Colhida, Café	Foi de Algodão, roupa, açúcar, álcool, café limpo em grão, café moído, café torrado
Gado de leite	Leite	Queijo
Porcos	Carcaça	Salsicha, presunto
Arbustos	Folhas	Chá, tabaco
Videiras	Uva	Vinho
Árvores frutíferas	Frutas colhidas	Frutas processadas

Fonte: CPC 29 (2009)

Em relação ao processo de transformação biológica que envolve a maturação dos ativos biológicos, o CPC 29 (2009) afirma que este é o principal fator que distingue os ativos biológicos dos demais ativos, pois estão sujeitos a mudanças qualitativas (amadurecimento, resistência da fibra, etc.) e quantitativas (aumento de peso, comprimento da fibra, etc.).

Para a contabilidade ser usada como seu instrumento informacional, útil para o usuário, ela precisa de características que assegurem credibilidade, confiabilidade e relevância. O principal ponto da mensuração contábil é estabelecer uma medida que aproxime, ao máximo, a informação contábil à realidade econômica do que se pretende informar.

Em relação à correta mensuração, Iudícibus e Martins (2007) afirmam que as discussões surgem a respeito dos vários métodos de avaliação de ativos. Tradicionalmente, o método de mensuração amplamente utilizado pela contabilidade é o custo histórico, no entanto, ao longo dos últimos anos, estudos apontam para alternativas de mensuração de ativos e passivos, dentre elas a mensuração pelo *fair value* (valor justo).

A definição de valor justo é apresentada pelo CPC 29 (2009, p.4), como "o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração".

Segundo o CPC 29 (2009), o ativo biológico deve ser mensurado ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência. Essa regra não será aplicada nos casos em que não houver forma confiável de mensuração, permitindo à empresa adotar outros critérios de mensuração até ser possível sua mensuração pelo valor justo.

Segundo Silva Filho, Machado e Machado (2013), nota-se que, na inexistência de um mercado ativo para determinado bem, o valor justo busca evidenciar um provável valor de mercado, por meio de ajustes a valor presente ou na utilização de técnicas financeiras.

A mensuração de ativos e passivos por meio do valor justo é alvo de diversas críticas. Entre as principais, destacam-se questões relacionadas com o grau de confiabilidade, subjetividade, relevância, volatilidade e objetividade. Iudícibus e Martins (2007) acrescentam que “nota-se que a avaliação pelo valor justo não é um procedimento que deva ser aplicado a todos os ativos e passivos. Assim, como critério geral de avaliação, falha por não alcançar uma homogeneidade de classificação” (*apud* ABREU COSTA, 2013, p.20).

2.2 Disclosure dos Ativos Biológicos

Quando se busca definir o que é a contabilidade ou traçar quais são seus objetivos, a capacidade de prover informações é um aspecto sempre lembrado. Já Marion (2009, p. 28) define contabilidade como “o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa.”. Dias Filho e Nakagawa (2001) pontuam que é de entendimento geral que comunicar é função basilar da contabilidade e segundo Padoveze (2009 apud MARQUES, SILVA E TARIFA, 2000, p. 49) a definição para contabilidade é “o sistema de informação que tem como objetivo o controle do patrimônio de uma entidade”, para fazer-se cumprir esse propósito de existência da contabilidade (o provimento de informações) é preciso que as empresas façam um “movimento” para divulgar aos usuários as informações sobre a sua situação financeira, econômica e patrimonial que foram escrituradas pela contabilidade e a esse movimento convencionou-se chamar de *Disclosure* ou divulgação.

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 512) divulgação deve compreender tanto as informações das demonstrações contábeis divulgadas em seus relatórios anuais como as informações não incluídas nas demonstrações e inclusive deve cobrir em sentido mais estrito coisas como discussões e análises feitas pela administração. Para Gibbins e Lev (2006 apud YAMAMOTO E SALOTTI 2006, p. 10) divulgação é definida como “a informação contábil qualitativa ou quantitativa comunicada pela empresa através de canais formais ou informais e tem como objetivo principal fornecer dados úteis aos usuários”.

Partindo da definição conceitual é pertinente compreender quais são os principais formatos de divulgação. Iudícibus (2010, p. 113) diz que existe seis formas de divulgação disponíveis sendo elas:

“a) forma e apresentação das demonstrações contábeis que devem apresentar a maior quantidade de *disclosure* e para melhor compreensão deve apresentar as demonstrações contábeis de forma ordenada a fim de a sua interpretabilidade; b) informação entre parênteses ainda dentro das demonstrações contábeis onde cabe maiores explicações sobre um título de um grupo de contas ou critério de avaliação utilizados podem ser feitos entre parênteses; c) notas explicativas esta é a mais conhecida forma de divulgação que tem por objetivo evidenciar aquelas informações que não foram incluídas nas demonstrações contábeis por impedimento técnico conceitual ou porque se o fizesse diminuiria sua clareza; d) demonstrativos e quadros suplementares podem ser apresentado detalhes de itens das demonstrações que não caberiam no corpo destes e também apresentar demonstrações sobre a perspectiva da avaliação e análise; e) Comentários do auditor são uma forma adicional de *disclosure* tem efeito significativo quanto a informação referente a utilização dos princípios de contabilidade geralmente aceitos e métodos contábeis diversos; f) por último relatório da administração que engloba geralmente informação de caráter não financeiro que afetam a operação da empresa e expressa uma visão para o futuro da companhia. Esses pontos não esgotam as possibilidades que as entidades tem para divulgarem suas informações apenas representa as formas mais utilizadas”

Em essência, a divulgação é uma obrigação grave e inalienável da contabilidade que sem ela não se cumpre o seu principal objetivo que é prover informações úteis para a tomada de decisão.

2.3 Pesquisas Recentes

Com a chegada do CPC 29, e sua obrigatoriedade, surgiram novos estudos acerca do tema ativos biológicos. O estudo de Rech e Oliveira (2011) analisou os critérios adotados pelas empresas de silvicultura para a mensuração e evidência dos ativos biológicos, com os resultados prontos, chegou-se a conclusão de que as informações apresentadas pelas

empresas são insuficientes para a compreensão da capacidade de geração de caixa futuro desses ativos.

A análise da relevância (*value relevance*) do valor justo dos ativos biológicos e as propriedades para investimentos nas empresas brasileiras não financeiras de capital aberto após a implantação das normas internacionais de contabilidade, foi assunto do trabalho de Costa (2013), que selecionou empresas não financeiras de capital aberto impactadas pelo CPC 28 - Propriedade para Investimento e pelo CPC 29 – Ativos Biológicos, sendo 70 empresas no ano de 2010 e 76 em 2011. Concluiu-se então, que foram encontradas evidências da relevância do efeito do valor justo provenientes do CPC 28 e CPC 29 e que em 2011, não houve evidências da relevância.

A pesquisa de Holtz e Almeida (2012) verificou se o conteúdo de informações dos ativos biológicos divulgados nas demonstrações contábeis são relevantes e como objetivo secundário realizou análise das notas explicativas verificando a conformidade das informações fornecidas pelas entidades com o CPC 29. Sendo assim, observou-se que os resultados fornecem evidências de que o conteúdo informativo dos ativos biológicos divulgados não foi relevante para a amostra e com relação à análise do conteúdo oferecido nas notas explicativas, verificou-se um cumprimento parcial da norma, podendo-se dizer que a perda de relevância ocorreu pela baixa qualidade das notas explicativas.

Outro estudo pertinente foi o de Nascimento (2011), que buscou verificar se a adoção do valor justo como método de avaliação dos ativos biológicos é mais adequada que o custo de aquisição dentro da realidade do mercado brasileiro. Sendo assim, chegou-se a conclusão de que: (1) não há existência de mercado para aves e suínos no Brasil; (2) o método de mensuração a valor justo requer a adoção de premissa “forçada” em relação à atribuição de margem de lucro à atividade agrícola e “subjéctiva” em relação à taxa de desconto para os ativos biológicos; (3) como resultado da análise de caso experimental, a diferença entre o custo histórico e o valor de mercado não se revelou material; (4) que a adoção do valor justo como método de mensuração de ativos biológicos para produção causa distorção nas demonstrações contábeis; e (5) a comparabilidade de demonstrações contábeis ficou prejudicada após a adoção do IAS-41 e CPC-29.

A pesquisa de Wanderley et al (2011) avaliou o grau de observância das disposições contidas no CPC 29 em relação aos ativos biológicos em três grandes empresas do agronegócio brasileiro: JBS, Brasil Foods e Marfrig Group. Após efetuada a análise, é possível dizer que as empresas Marfrig e JBS optaram pela mesma forma de evidenciação em relação às exigências do CPC 29. Já a empresa BRF optou por avaliar, em 2010, os possíveis impactos dos novos pronunciamentos emitidos em 2009 pelo CPC. Percebe-se que é necessária uma postura mais atuante por parte das empresas, objeto deste estudo, quanto aos aspectos exigidos pelo CPC 29, referente ao tratamento contábil e divulgações. O trabalho de Barros et al (2012) analisou o impacto do valor justo na mensuração dos ativos biológicos das empresas listadas na BM&FBOVESPA nos exercícios de 2008 2010. A partir dos resultados encontrados, pode-se concluir que a aplicação do CPC 29 apresentou forte impacto na evidenciação contábil das empresas pesquisadas, as informações sobre os ativos biológicos disponibilizados nas notas explicativas em geral são superficiais, situação que compromete a tomada de decisão dos usuários dessas informações.

E por fim, o estudo de Filho et al (2013) teve por objetivo avaliar a relevância da adoção do *fair value* para mensuração dos ativos biológicos, bem como analisar seus reflexos sobre o patrimônio líquido. As evidências encontradas mostraram que a adoção do valor justo causou mudanças no saldo dos ativos biológicos, que por sua vez impactou significativamente o PL. Portanto, a avaliação pelo valor justo foi benéfica, uma vez que apresentou mais próxima estimativa do mercado.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste trabalho consiste em investigar a correlação entre a representatividade dos ativos biológicos e o nível de aderência ao CPC 29 Ativo Biológico nas empresas de capital aberto listadas na BMF&BOVESPA. Configura-se como uma pesquisa descritiva definida por Martins (2007, p. 34) como um “[...] objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis e fatos”.

Para o cumprimento dos objetivos, faz-se necessária a busca e análise das demonstrações contábeis publicadas pelas empresas que compõem a amostra, o que caracteriza essa pesquisa como documental, vista por Martins e Theóphilo (2009, p. 55), “[...] característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências”.

A amostra é composta por 21 empresas que possuíam saldo de ativo biológico destacado em conta específica em seus balanços patrimoniais no período de 2009 a 2013, o que define como uma amostragem intencional por julgamento como é visto em Cooper e Schindler (2003, p. 169), “ocorre quando um pesquisador seleciona membros da amostra para atender alguns critérios”. Essa amostra foi composta por meio de um levantamento feito no banco de dados da Economática®, as demonstrações contábeis foram obtidas pelo sítio da Comissão de Valores Mobiliários e para identificar a observância das empresas à divulgação exigida foi analisado o cumprimento dos seguintes itens do CPC 29 – Ativos Biológicos:

Quadro 2 - Itens do CPC 29 analisados na pesquisa

40	Divulgou ganho ou perda do período corrente em relação ao valor inicial do ativo biológico e do produto agrícola e também decorrentes da mudança no valor justo, menos a despesa de venda dos ativos biológicos?
41	A entidade forneceu uma descrição de cada grupo de ativos biológicos?
42.1	41.1 dissertativa?
42.2	41.2 quantitativa?
43.1	A entidade forneceu uma descrição da quantidade de cada grupo de ativos biológicos, distinguindo entre consumíveis e de produção ou entre maduros e imaturos?
43.2	A entidade divulgou a base para realizar tais distinções?
46	Foram divulgadas nas demonstrações contábeis caso isso não tenha sido feito de outra forma:
46.1	A natureza das atividades envolvendo cada grupo de ativos biológicos?
46.2	Mensurações ou estimativas não financeiras de quantidades físicas de cada grupo de ativos biológicos no final do período e/ou da produção agrícola durante o período?
49	A entidade divulgou:
49.1	A inexistência e o total de ativos biológicos cuja titularidade legal seja restrita, e o montante deles dado como garantia de exigibilidade?
49.2	O montante de compromissos relacionados com o desenvolvimento ou aquisição de ativos biológicos?
49.3	As estratégias de administração de riscos financeiros relacionadas com a atividade agrícola?
50	A entidade apresentou a conciliação das mudanças no valor contábil de ativos biológicos entre o início e o fim do período corrente?
50.1	Ganho ou perda decorrente da mudança no valor justo menos a despesa de venda;
50.2	Aumentos devido às compras;
50.3	Reduções atribuíveis às vendas e aos ativos biológicos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos mantidos para essa finalidade, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada;
50.4	Reduções devidas às colheitas;
50.5	Aumento resultante de combinação de negócios;

50.6	Diferenças cambiais líquidas decorrentes de conversão das demonstrações contábeis para outra moeda de apresentação e, também, de conversão de operações em moeda estrangeira para a moeda de apresentação das demonstrações da entidade;
50.7	Outras mudanças.
51	A entidade divulgou separadamente as mudanças físicas e de preços no mercado que alteraram o valor justo, menos a despesa de venda de um ativo biológico?
53	A entidade divulgou se ocorreu um item material de receita ou despesas decorrente de eventos climáticos, de doenças e outros riscos naturais dos quais a atividade agrícola está frequentemente exposta?
54	Caso a entidade tenha mensurado seu custo menos depreciação e perda no valor recuperável acumulada, no final do período divulgou:
54.1	Uma descrição dos ativos biológicos?
54.2	Uma explicação da razão pela qual o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável?
54.3	Uma faixa de estimativas dentro da qual existe alta probabilidade de se encontrar o valor justo (se possível)?
54.4	O método de depreciação utilizado?
54.5	A vida útil ou a taxa de depreciação utilizada?
54.6	O total bruto e a depreciação acumulada (adicionada da perda por irrecuperabilidade acumulada) no início e no final do período?
56	Caso o valor justo dos ativos biológicos, previamente mensurados ao custo, menos qualquer depreciação e perda no valor recuperável acumulada se tornar mensurável de forma confiável durante o período corrente, a entidade divulgou uma descrição dos ativos biológicos, uma explicação da razão pela qual a mensuração do valor justo se tornou mensurável de forma confiável, e o efeito da mudança?
57	A entidade divulgou a natureza e a extensão das subvenções governamentais reconhecidas nas demonstrações contábeis, condições não atendidas e outras contingências associadas à subvenção governamental, e as reduções significativas esperadas no nível de subvenções governamentais?
57.1	A entidade divulgou a natureza e a extensão das subvenções governamentais reconhecidas nas demonstrações contábeis?
57.2	Condições não atendidas e outras contingências associadas à subvenção governamental
57.3	E as reduções significativas esperadas no nível de subvenções governamentais?

Fonte: os autores

O CPC 29 (2009) trata de divulgação do item 39 ao 57, para esta análise de *disclosure* foram desconsiderados os itens que não eram exigências de divulgação. Para fins de cálculo da representatividade: representatividade percentual do Ativo Biológico no Ativo Total (Ativo Biológico/Ativo Total).

Para analisar os itens apresentados anteriormente, foram usados os seguintes critérios: “0”, “1” e “Não se Aplica”. “0” para a empresa que não cumprisse o proposto; “1” para a empresa que cumprisse e “Não se Aplica” para a empresa que não tinha a obrigatoriedade de divulgação do item analisado. Ao final, foi feito o cálculo do percentual de divulgação dos itens analisados, para em seguida, realizar um teste estatístico não paramétrico de correlação, para encontrar a relação entre o nível de divulgação e a representatividade do ativo biológico sobre o ativo total ao longo do período analisado.

Os dados foram analisados com base no Microsoft Excel® para estatísticas descritivas e o software estatístico SPSS® para o teste de correlação. O coeficiente de correlação entre variáveis é vista por Martins (2008, p. 288) como “um indicador da força de uma relação linear entre duas variáveis” e ainda Martins (2008, p. 288) reconhece a relevância desse teste em pesquisas empíricas como “busca de associação entre variáveis é frequentemente um dos propósitos das pesquisas empíricas. A possível existência de relação entre variáveis orienta análises, conclusões e evidenciação de achados da investigação”.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Análise por Item do CPC 29

Na tabela 1 - Nível de conformidade por ano, é possível analisar o nível de conformidade com o CPC 29 de cada item ao longo dos anos pesquisados:

Tabela 1 – Nível de conformidade por ano

Item	2009	2010	2011	2012	2013
40	0,00%	94,44%	95,00%	95,24%	90,00%
41	0,00%	94,44%	95,00%	95,24%	95,00%
41.1	0,00%	94,44%	95,00%	95,24%	95,00%
41.12	0,00%	66,67%	75,00%	85,71%	85,00%
43.1	0,00%	44,44%	47,37%	60,00%	57,89%
43.2	0,00%	16,67%	21,05%	20,00%	21,05%
46	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
46.1	0,00%	88,89%	90,00%	90,48%	90,00%
46.2	0,00%	44,44%	40,00%	52,38%	50,00%
49	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
49.1	0,00%	28,57%	29,41%	44,44%	50,00%
49.2	0,00%	88,89%	100,00%	100,00%	91,67%
49.3	0,00%	85,71%	85,71%	100,00%	100,00%
50	0,00%	94,12%	94,74%	95,00%	89,47%
50.1	0,00%	83,33%	85,00%	85,71%	80,00%
50.2	0,00%	88,89%	100,00%	100,00%	100,00%
50.3	0,00%	75,00%	72,73%	72,73%	81,82%
50.4	0,00%	87,50%	94,44%	94,74%	88,89%
50.5	0,00%	80,00%	100,00%	100,00%	100,00%
50.6	0,00%	66,67%	100,00%	100,00%	100,00%
50.7	0,00%	90,00%	100,00%	100,00%	100,00%
51	0,00%	35,29%	42,11%	45,00%	47,37%
53	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
54	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
54.1	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
54.2	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
54.3	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
54.4	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
54.5	0,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
54.6	0,00%	33,33%	33,33%	0,00%	0,00%
56	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
57	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
57.1	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
57.2	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
57.3	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: os autores

Os itens de maior aderência foram os 54, 54.1 e 54.2; que deveriam ser evidenciados caso a empresa fizesse avaliação pelo custo menos depreciação e perda no valor recuperável. De todas as empresas, apenas três: BRF, JBS, Marfrig eram obrigadas a evidenciar e todas o fizeram.

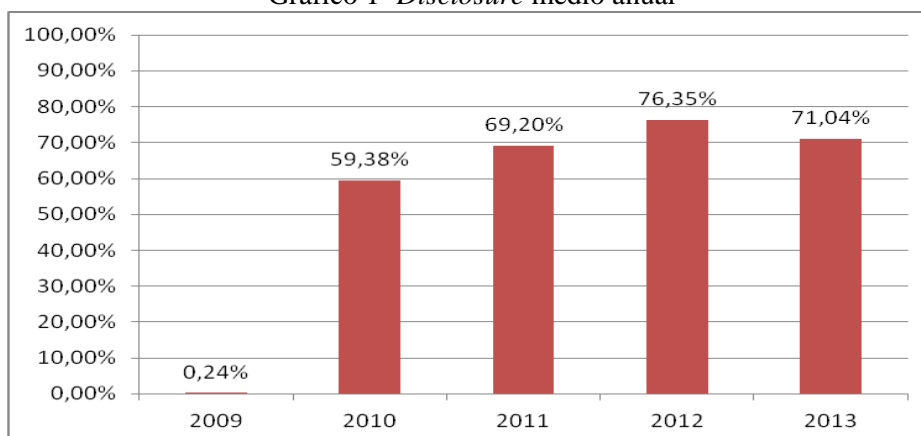
O item 56 foi divulgado em 2009, 2010 e 2011, entretanto, em 2012 e 2013 não, esse item deve ser evidenciado quando a empresa passar a mensurar os ativos a valor justo menos despesas de venda e tiver uma justificativa o fazê-lo. O que é um fato específico e pouco recorrente, que aconteceu apenas empresas Marfrig no ano de 2010 e 2011 e Celulose Irani SA no ano de 2009.

Com os itens 53 e 57 aconteceu o contrário, nos anos de 2009, 2010 e 2011 nenhuma das companhias pesquisadas os publicou, mas o item 53 que deve ser publicado quando ocorreu um item material de receita ou despesas decorrente de eventos climáticos, de doenças e outros riscos naturais dos quais a atividade agrícola está frequentemente exposta foi publicado em 2012 e 2013 pela empresa Minerva; o item 57 que deve ser publicado quando a empresa tem subvenções governamentais, foi divulgado pela empresa Suzano Holding em 2012 e 2013.

4.2 Análise por Ano

Ao realizar uma análise média do nível de aderência ao CPC 29 ao longo dos anos têm-se os seguintes dados, conforme apresentado no gráfico 1:

Gráfico 1 - *Disclosure* médio anual



Fonte: Os autores

No ano de 2009, não havia a obrigatoriedade da publicação de ativos biológicos em grupo separado, com isso eles eram classificados como imobilizado ou como estoque o que explica este ano ter apresentado a menor evidenciação dos itens exigidos pelo CPC 29.

A maior evolução entre os anos ocorreu de 2010 para 2011, com uma variação positiva de 9,82. O ano com maior evidenciação foi o de 2012, com uma aderência de 76,35%, até 2012 havia uma evolução do nível de aderência, entretanto, em 2013 houve uma redução de -5,31, fechando esse ano com 71,04%.

Os itens que apresentaram reduções significativas foram o 40, que trata da Divulgação do ganho ou perda do período corrente em relação ao valor inicial e também decorrentes da mudança no valor justo, menos a despesa de venda dos ativos biológicos; o 49.2 a respeito do montante de compromissos relacionados com o desenvolvimento ou aquisição de ativos biológicos; o item 50 da apresentação da conciliação das mudanças no valor contábil de ativos biológicos entre o início e o fim do período corrente e o item 50.1, a respeito do ganho ou perda decorrente da mudança no valor justo menos a despesa de venda. Tal fato pode ser um

indício de uma tendência das empresas diminuïrem a quantidade de informações para facilitar a análise dos Stakeholder da informação contábil.

4.3 Análise por Empresa

O *disclosure* das empresas ao longo dos anos pode ser observado na tabela 2:

Tabela 2 – *Disclosure* das empresas

Empresa	2009	2010	2011	2012	2013
Biosev	0,00%	0,00%	0,00%	87,50%	87,50%
Fibria	0,00%	89,47%	88,24%	88,24%	88,89%
Itausa	0,00%	76,47%	87,50%	87,50%	81,25%
Klabin	0,00%	87,50%	88,24%	94,74%	94,74%
Suzano Holding	0,00%	75,00%	76,47%	94,44%	94,44%
Terreos	0,00%	72,22%	73,68%	77,78%	77,78%
Wlm	0,00%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%
BRASILAGRO	0,00%	0,00%	64,29%	64,29%	64,29%
BRF	0,00%	81,82%	82,61%	82,61%	81,82%
JBS	0,00%	52,17%	73,91%	73,91%	75,00%
MARFRIG	0,00%	84,00%	87,50%	83,33%	83,33%
MINERVA	0,00%	75,00%	75,00%	93,75%	93,75%
RASIP-AGRO	0,00%	72,22%	72,22%	72,22%	0,00%
SLC AGRÍCOLA	0,00%	64,29%	64,29%	73,33%	66,67%
V-AGRO	0,00%	82,35%	83,33%	75,00%	76,47%
CEEED	0,00%	61,54%	61,54%	61,54%	30,77%
P_CELULOSE IRANI SA	5,00%	64,29%	84,62%	84,62%	85,71%
P_FERBASA	0,00%	93,33%	93,33%	93,33%	93,75%
P_RANDOM	0,00%	15,38%	7,69%	7,69%	7,69%
P_São Martinho	0,00%	0,00%	86,67%	86,67%	85,71%
P_TREVISA	0,00%	66,67%	68,75%	87,50%	88,89%

Fonte: Os autores

As empresas que tiveram maior aderência foram a Klabin com 94,74%, em 2012 e 2013, e a Suzano Holding com 94,44% nos anos de 2012 e 2013. As empresas que tiveram menor aderência foram a Randon com 7,69% e Celulose Irani SA com 5,00% nos anos de 2013 e 2009, respectivamente.

4.4 Análise Geral do Disclosure

Todas as empresas atenderam ao CPC quanto à obrigatoriedade da mensuração pelo valor justo, no entanto, algumas das que possuíam ativos biológicos de curto prazo fizeram sua mensuração pelo custo histórico (aquisição), pois este, segundo as empresas que o fizeram, se aproxima da avaliação pelo valor justo.

Houve uma melhora quantitativa nas informações divulgadas pelas empresas ao longo dos anos investigados, principalmente quando comparado com 2009, quando ainda não havia a regulamentação das informações que deveriam ser divulgadas quanto aos ativos biológicos. Quanto a uma melhora qualitativa pode se observar uma constância referente ao que foi divulgado.

4.5 Correlação entre Nível de Divulgação e Representatividade do Ativo Biológico

Como pode ser observado nas análises anteriores, existem diferentes níveis de divulgação do CPC 29 Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas pelas empresas da amostra. Buscando compreender esse fenômeno, foi feito um teste de correlação entre o nível de conformidade e a representatividade percentual do Ativo Biológico no Ativo Total (Ativo Biológico / Ativo Total), entretanto, o ano de 2009 foi excluído para a realização deste teste por conter em sua maioria valores igual à zero, tanto a representatividade quanto a evidenciação.

Segundo Martins (2008, p 292), para aplicar o teste de hipótese de correlação “é necessário que as variáveis populacionais (X, Y) tenham distribuição normal bivariada”, por isso foi feito o teste de normalidade dos dados com os seguintes resultados:

Tabela 4 - Teste de Normalidade

	Kolmogorov-Smirnova			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Representatividade	0,153	84	,000	0,870	84	,000
Evidenciação	0,226	84	,000	0,773	84	,000

a.Lillie fors Significance Correction

Fonte: os Autores

O teste de normalidade apresentou Sig. 0,00 segundo Pallant (2005, p. 297), se o valor-p (SIG) for maior que 0,05, tem-se uma distribuição normal, assim, optou-se pela realização da Correlação de Spearman.

O resultado foi uma correlação grande de 0,524 o que, segundo Pallant (2005, p. 297), uma correlação pode ser baixa se obtiver coeficiente de correlação de 0 a 0,29; média de 0,30 a 0,49 e grande caso se apresente entre 0,50 e 1,0.

Tabela 3 - Correlação Representatividade X Evidenciação

Correlação			Representatividade	Evidenciação
Spearman'srho	Representatividade	Coeficiente de Correlação	1	,524(*)
		Sig. (2-tailed)	.	,000
		N	84	84
	Evidenciação	Coeficiente de Correlação	,524(*)	1
		Sig. (2-tailed)	,000	.
		N	84	84

Fonte: Os autores

Nota: * Correlação é significativa ao nível de 0.05 (2-tailed).

Também foram analisados os dados separados, ano a ano, com o resultado de correlação apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 - Correlação Todos os Anos

Spearman'srho		Evid. 2010	Repre. 2010	Evid. 2011	Repre. 2011	Evid. 2012	Repre. 2012	Evid. 2013	Repre. 2013
Evid_2010	Correl.Coefficient	1,000	0,613	0,769	0,385	0,556	0,140	0,493	0,149
	Sig. (2-tailed)	0,00	0,003	0,000	0,085	0,009	0,545	0,023	0,519
	N	21	21	21	21	21	21	21	21
Repre_2010	Correl.Coefficient	0,613	1,000	0,387	0,837	0,335	0,628	0,316	0,400
	Sig. (2-tailed)	0,003	0,00	0,083	0,000	0,138	0,002	0,163	0,073
	N	21	21	21	21	21	21	21	21
Evid_2011	Correl.Coefficient	0,769	0,387	1,000	0,426	0,648	0,219	0,597	0,373
	Sig. (2-tailed)	0,000	0,083	0,000	0,054	0,001	0,340	0,004	0,096
	N	21	21	21	21	21	21	21	21
Repre_2011	Correl.Coefficient	0,385	0,837	0,426	1,000	0,332	0,796	0,339	0,579
	Sig. (2-tailed)	0,085	0,000	0,054	0,00	0,142	0,000	0,133	0,006
	N	21	21	21	21	21	21	21	21
Evid_2012	Correl.Coefficient	0,556	0,335	0,648	0,332	1,000	0,359	0,965	0,570
	Sig. (2-tailed)	0,009	0,138	0,001	0,142	0,00	0,110	0,000	0,007
	N	21	21	21	21	21	21	21	21
Repre_2012	Correl.Coefficient	0,140	0,628	0,219	0,796	0,359	1,000	0,367	0,726
	Sig. (2-tailed)	0,545	0,002	0,340	0,000	0,110	0,000	0,102	0,000
	N	21	21	21	21	21	21	21	21
Evid_2013	Correl.Coefficient	0,493	0,316	0,597	0,339	0,965	0,367	1,000	0,661
	Sig. (2-tailed)	0,023	0,163	0,004	0,133	0,000	0,102	0,00	0,001
	N	21	21	21	21	21	21	21	21
Repre_2013	Correl.Coefficient	0,149	0,400	0,373	0,579	0,570	0,726	0,661	1,000
	Sig. (2-tailed)	0,519	0,073	0,096	0,006	0,007	0,000	0,001	0,00
	N	21	21	21	21	21	21	21	21

Fonte: Os autores.

Nota: * Correlação é significativa ao nível de 0.05 (2-tailed).

Os dados, quando analisados por ano, trouxeram os resultados: no ano de 2010, houve correlação grande de 0,613; em 2011 considerando o Sig. de 0,054 a correlação foi estatisticamente inexistente, o mesmo aconteceu em 2012 em que o Sig. foi de 0,110 e, em 2013, houve novamente correlação grande de 0,661. Esta oscilação do coeficiente de correlação pode ser explicada devido à representatividade sobre o ativo ter se mantido constante, enquanto com evidenciação houve variações significativas como, por exemplo o decréscimo de 5,31 % de 2013 comparado com 2012.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a correlação entre a representatividade dos ativos biológicos e o nível de aderência ao CPC 29 (2009) nas empresas de capital aberto listadas na BMF&BOVESPA no período de 2009 a 2013. Foram selecionadas as empresas que possuíam ativos biológicos em seu patrimônio, segundo pesquisa na Economática®, resultando em 21 empresas, das quais foram coletadas as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, DRE, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas, Parecer dos Auditores Independentes e Relatório da Administração, para analisar a conformidade das demonstrações contábeis com os itens de divulgação que constam no Pronunciamento Técnico CPC 29, a demonstração mais útil para esse fim foram as Notas Explicativas sendo esta, o como o observado, a principal forma de divulgação.

A partir da análise das informações obtidas, conclui-se que os itens de maior divulgação foram: item 54, 54.1 e 54.2; que deveriam ser evidenciados caso a empresa fizesse avaliação pelo custo menos depreciação e perda no valor recuperável, as empresas obrigadas a evidenciar esses itens eram: BRF, JBS, Marfrig e todas o fizeram. Os itens de menor divulgação foram: 57.1; 57.2 e 57.3 que apresentaram 0% de evidenciação em todos os anos analisados; esses itens deveriam ser divulgados caso a empresa tivesse alguma subvenção governamental. A única empresa que fez menção a subvenções relacionadas com ativos biológicas foi a Suzano Holding S.A. dizendo que não possuía.

As empresas que tiveram maiores divulgações dos itens do CPC 29 (2009) foram: Klabin com 94,74% em 2012 e 2013 e a Suzano Holding com 94,44%, nos anos de 2012 e 2013, e as que tiveram menor divulgação desses itens foram a Randon com 7,69% e Celulose Irani SA, com 5,00%, nos anos de 2013 e 2009, respectivamente.

No ano de 2009, não havia a obrigatoriedade da publicação de ativos biológicos em grupo separado, com isso eles eram classificados como imobilizado ou como estoque, o que explica este ano ter apresentado a menor evidenciação dos itens exigidos pelo CPC 29. A maior evolução de divulgação foi entre os anos de 2010 para 2011 com uma variação positiva de 9,82 %. O ano com maior divulgação foi o de 2012 com uma aderência de 76,35%, até 2012 havia uma evolução do nível de aderência, porém, em 2013, houve uma redução de 5,31%, fechando esse ano com 71,04%.

Os itens que apresentaram esta redução significativa foram o 40, que cita da Divulgação do ganho ou perda do período corrente em relação ao valor inicial e também decorrentes da mudança no valor justo, menos a despesa de venda dos ativos biológicos; o 49.2, que trata a respeito do montante de compromissos relacionados com o desenvolvimento ou aquisição de ativos biológicos; o item 50, da apresentação da conciliação das mudanças no valor contábil de ativos biológicos entre o início e o fim do período corrente; e o item 50.1, do Ganho ou perda decorrente da mudança no valor justo menos a despesa de venda; uma hipótese para essa ocorrência é haver uma tendência das empresas diminuírem a quantidade de informações para facilitar a análise de suas demonstrações, mas serão necessárias pesquisas futuras para confirmar.

O teste correlação entre a representatividade dos ativos biológicos e nível divulgação mostrou que, quando analisado todos anos os dados utilizando o teste de Spearman, existe uma correlação grande 0,524, porém, quando analisado ano a ano com o teste de Spearman, o resultado é uma correlação grande de 0,613 em 2010 e de 0,661 em 2013 e não há evidências de correlação estatisticamente significativas em 2011 e 2012.

Esta variação pode ser explicada devido à representatividade sobre o ativo ter se mantido constante enquanto o nível de divulgação oscilava o que pode ter ocasionado os diferentes níveis de correlação entre as duas variáveis ao longo dos anos de pesquisa.

Ademais, considerando as evidências demonstradas na pesquisa pode-se constatar a necessidade das empresas em melhorar a sua evidenciação no que se refere aos ativos biológicos, visto que, não houve nenhuma aderência total aos itens colocados pelo CPC 29.

Para pesquisas futuras, existem as seguintes sugestões: a análise de anos subsequentes a 2013, para observar se o padrão de redução de evidenciação se manteve, ou se houve uma evolução contrária à analisada nos anos de 2012 para 2013. A ampliação da amostra de pesquisa bem como a comparação com outras normas que exijam a divulgação de determinados itens e investigações semelhantes com abrangência internacional.

REFERÊNCIAS

ABREU COSTA, Thiago de. **Adoção do valor justo:** um estudo sobre a relevância do valor justo dos ativos biológicos e propriedades para investimento nas empresas não financeiras de capital aberto no Brasil nos anos de 2010 e 2011. 2013. 72 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Finanças, Rio de Janeiro. 2013.

BARROS, Célio da Costa et al. O impacto do valor justo na mensuração dos ativos biológicos nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 41 – p. 59, set/dez, 2012.

BRASIL, Resolução CFC nº1.186, de 15 de setembro de 2009. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 setembro, 2009. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG29%28R1%29.doc>>. Acesso em: 21 jul.2014.

CARVALHO, Flavia Siqueira de; PAULO, Edilson, Isabel Cristina Henrique; SALES; IKUNO, Luciana Miyuki. Ativos biológicos: evidenciação das empresas participantes do Ibovespa. **Custos e Agronegócios**, Recife, v. 9, n.3, Jul/Set. 2013. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero3v9/ativos%20biologicos.pdf>>. Acesso em: 13 julho 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola**. 2009. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/324_CPC_29_rev%2003.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2015.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7 Ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COSTA, Thiago de Abreu. **Adoção do valor justo:** um estudo sobre a relevância do valor justo dos ativos biológicos e propriedades para investimentos nas empresas não financeiras de capital aberto no Brasil nos anos de 2010 e 2011. 2013. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DIAS FILHO, José Maria; NAKAGAWA, Masayuki. Análise do Processo da Comunicação Contábil: Uma Contribuição para a Solução de Problemas Semânticos, Utilizando Conceitos da Teoria da Comunicação. **Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI**, São Paulo, v. 15, n. 26, p. 42 - p.57, mai/ago, 2001.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. - São Paulo: Atlas, 1999.

HOLTZ, Luciana; ALMEIDA, José Elias Ferreira de. Estudo sobre a Relevância e a Divulgação dos Ativos Biológicos das Empresas Listadas na BM&FBOVESPA. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 28 – p. 46, mai/ago, 2013.

IUDÍCIBUS, Sergio De. **Teoria da Contabilidade**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo. **Revista de Contabilidade e Finanças da USP**, v.18, n.44, Mai/Ago. 2007. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34220>>. Acesso em: 13 julho 2014.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo; SALOTTI, Bruno Meirelles. **Informação Contábil:** Estudo de caso sobre a sua divulgação em no mercado de capitais. São Paulo: Atlas, 2006.

MACKENZIE, Bruce et al. **IFRS 2012 Interpretação e Aplicação**. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARQUES, Claudiomiro José; SILVA, Luiz Fernando Soares Da; TARIFA, Marcelo Resquetti. **Introdução a Contabilidade: Administração**. São Paulo: Pearson Education Do Brasil, 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística Geral e Aplicada**. 3.Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica Para Ciências Sociais Aplicadas**. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Vinícius Gomes; et al. Relevância e Confiabilidade na mensuração de Ativos Biológicos a Valor Justo por Empresas listadas na Bmf&Bovespa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Santa Catarina, v.11, n.22, Jan-Abr. 2014. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2014v11n22p163>>. Acesso em: 13 julho 2014.

NASCIMENTO, Renata Bandeira Gomes do. **Mensuração de Ativos Biológicos (Aves e Suínos): Uma Análise Crítica do CPC-29 Ativo Biológico e Produto Agrícola**. 2011. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo.

SILVAFILHO, Augusto Cezar da Cunha e; MARTINS, Vinícius Gomes; MACHADO, Márcio André Veras. Adoção do valor justo para os ativos biológicos: análise de sua relevância em empresas brasileiras. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 9, n. 4, p. 110-127, out./dez., 2013.

SILVA FILHO, Augusto Cezar da Cunha e; MACHADO, Márcio André Veras; MACHADO, Márcia Reis. Custo histórico x Valor justo: Qual informação é mais Value Relevant na mensuração dos ativos biológicos. **Custos e Agronegócios**, Recife, v. 9, n.2, Abr/Jun. 2013. Disponível em:
<<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero2v9/Custos%20historicos.pdf>>. Acesso em: 13 julho 2014.

SCHERCH, Cristiene Patrícia et al. Nível De Conformidade Do CPC 29 Nas Aberto Empresas Brasileiras: Uma Análise Com As Empresas De Capital. **RACE, Unoesc**. v. 12, n. 2, p. 459-490, jul./dez. 2013.

RECH, Ilírio José; OLIVEIRA, Karine Gonzaga de; **Análise da Aplicação da CPC 29 e Ias 41 aos Ativos Biológicos no setor de Silvicultura**. Disponível em:
<<https://www.furb.br/especiais/download/395233-698817/257-2.pdf>>. Acesso em: 13 julho 2014.

RECH, Ilírio José. **Formação do valor justo dos ativos biológicos sem mercado ativo: uma análise baseada no valor presente**. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

WANDERLEY, Carlos Alexandre Nascimento; SILVA, Anderson Chávez da; LEAL, Rodrigo Barreiros. **Tratamento Contábil de Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas: Uma Análise das Principais Empresas do Agronegócio Brasileiro**. In: CONGRESSO UFSC, n. 4, 2011. Florianópolis. Anais... 4º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, p.92.

ZANIN, Antonio; et al. **Análise Comparativa da mensuração entre a Lei 6.404/76 e a aplicação do CPC 29 em uma propriedade rural**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, XIX, 2012, Bento Gonçalves. Disponível em:<http://www.abcustos.org.br/texto/viewpublic?ID_TEXTO=3730>. Acesso em: 13 julho 2014.